

# III ENECULT

## TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

### VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES REGIONAIS: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO CULTURAL

Pedro Domingues

“... É, portanto, necessário trabalhar a cultura de forma estratégica, levando em conta os componentes econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e jurídicos que com ela se relacionam. Estes aspectos não podem ser subestimados, devendo, pelo contrário, ser tratados a partir de ações capazes de antecipar cenários e suas respectivas repercussões para a definição de políticas culturais, sejam públicas ou privadas.”

**Cláudia Leitão**

(Discurso de posse 2003)

#### **Resumo:**

Este artigo propõe refletir sobre o papel das políticas públicas de cultura e suas estratégias de desenvolvimento local e regional, fundamentado no respeito à diversidade, e a promoção da cidadania e inclusão cultural. Esta reflexão tem como ponto de partida a experiência da CODAC – Coordenadoria de Ação Cultural da Secretaria da Cultura do Estado, na gestão 2003-2006.

**Palavras chaves:** cultura, desenvolvimento, diversidade, inclusão cultural.

A gestão da pasta da cultura no Ceará durante o último governo teve na elaboração do Plano Estadual da Cultura 2003 a 2006 – Valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural seu marco fundante. A instituição de canais de escuta e interlocução que o antecede e sua utilização como baliza para as ações que dele decorrem marcam o trabalho da Secretaria da Cultura pautando-a e norteando as relações que permeiam suas atividades.

<sup>1</sup>É neste contexto que a Coordenadoria de Ação Cultural – responsável pelo desenvolvimento de programas de difusão e produção da cultura cearense; pela coordenação dos equipamentos de artes cênicas, centros culturais e museus vinculados à SECULT e, ainda, pela criação, articulação e aplicação das políticas a serem adotadas – passa a desempenhar papel fundamental na tradução do documento junto aos interlocutores da secretaria e na sua transformação em elementos concretos capazes de serem auferidos e avaliados.

Importa também destacar, para garantir uma verdadeira compreensão do trabalho realizado, que a proposta do Ministério da Cultura em implantar o Sistema Nacional de Cultura estabelece um desafio que complementa os anseios estabelecidos no Plano Estadual, caracterizando uma dimensão de relacionamento com a esfera federal que potencializa a ação da Secretaria com os municípios cearenses e ao mesmo tempo otimiza os avanços da gestão estadual como facilitador de parcerias onde as relações partidárias poderiam afetar o discurso cultural. Além disso, ao voltar-se para a organização no Ceará dos instrumentos necessários ao federalismo cultural, a gestão oferece ao Ministério um exemplo de experimentação das propostas de organização e mobilização que compõem a implantação do Sistema.

Finalmente, à medida que a Coordenadoria avançava em direção à execução do Plano, a contribuição da realidade e parceiros envolvidos, as diversas relações que se estabeleceram a partir destas iniciativas e o ritmo das ações que se sucederam, principalmente nos dois últimos anos, contribuíram para fazer com que o setor se estabelecesse como espaço simultaneamente responsável pelas ações finalísticas estabelecidas no Plano e pelas ações meio de suporte e articulação para as demais coordenadorias.

---

<sup>1</sup> Ator, diretor, gestor cultural, coordenador de Ação cultural da Secretaria da Cultura do Ceará

Este panorama compõe o quadro de desafios com que nos deparamos ao assumirmos, em março de 2003, a função de Coordenador de Ação Cultural. É importante frisar que, sendo artista e produtor cultural com alguma experiência de gestão pública, avaliava o andamento da SECULT de forma bastante crítica à medida em que via repercutir na imprensa os esforços de alteração nos rumos tradicionais do papel da pasta quanto aos segmentos culturais. A partir do nosso acesso ao Plano Estadual, em que se estabelecem as diretrizes norteadoras dos esforços a serem empreendidos, é que passamos a acreditar que seria possível um redirecionamento da função da Secretaria e, com isso, um desafio de grande envergadura e aprendizado para os gestor responsáveis pelas coordenadorias, principalmente a de Ação Cultural.

Ao longo deste artigo buscaremos destacar as inquietações nascidas do diálogo entre os desafios lançados e a gestão da coordenadoria, destacando alguns exemplos e experiências que foram fundamentais para a percepção concreta dos objetivos e resultados perseguidos.

### **À guisa de informação**

Acho fundamental colocar aqui de forma simplificada um pouco da estrutura onde a Coordenadoria está inserida. A Secretaria se organizou em torno do gabinete com as Secretárias e Assessorias, quatro Coordenadorias e as instâncias de gestão dos equipamentos culturais a ela vinculados. A Coordenadoria Administrativa e Financeira tem funções exclusivamente logísticas e burocráticas, a Coordenadoria de Patrimônio tem funções tradicionais de promover a política de promoção e proteção ao patrimônio cultural do Estado e a Coordenadoria de Livros e Acervos cuida da promoção da leitura e geração de conhecimento, além da coordenação dos equipamentos de Bibliotecas e Arquivos. O trabalho é planejado conforme metodologia estabelecida pelo Governo, informatizado através de um sistema único que permite a atualização constante das informações e resultados obtidos, organizados em Programas de Ação sob responsabilidade de cada Coordenadoria. Assim, a CODAC geria inicialmente dois Programas – Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural e Programa de Valorização das Culturas Regionais, conforme publicado no Plano Estadual 2003 a 2006 – que foram condensados em julho de 2004 num único Programa simplificando seu acompanhamento e monitoração.

Cabe à Coordenação implantar as bases para que a Secretaria da Cultura do Estado, que historicamente tem sua atuação restrita ao espaço urbano da capital, com reduzida ou nenhuma presença no interior do Ceará, passe a atuar em toda a sua extensão territorial. É do reflexo deste esforço que a CODAC passa a se constituir no principal espaço de interlocução da SECULT com os diversos segmentos culturais e garante que se cumpra seu papel de articuladora e mobilizadora da gestão pública da cultura no Ceará. Não é à toa que por este esforço, o Programa de Desenvolvimento Cultural e Valorização das Culturas regionais é reconhecido pelo Prêmio Cultura Viva, do MinC, como a principal experiência de gestão pública da cultura deste período, tendo-se conseguido chegar e se fazer presente nos 184 municípios que compõem o nosso Estado.

### **Por onde começar? ou È a luz no fim do túnel ou somente um refletor atrás da cortina?**

Se durante muito tempo as artes e a cultura foram relegadas ao plano do diletantismo ou do “confeito de um bolo” que sequer era repartido, revestindo-se muito mais de ações de legitimação dos poderes constituídos, por afirmação ou negação dos mesmos, ou ainda como reforço da imagem de artistas e criadores, mesmo referendados por inquestionável talento, como instrumento de valorização social perante seus pares ou o público em geral, os novos desafios da contemporaneidade exigem que os investimentos públicos na arte e na cultura sejam voltados para o desenvolvimento integrado da sociedade, garantindo meios de inclusão social, de produção de riquezas, inclusive econômica, gerando ocupação e renda para os seus produtores e, principalmente, instruindo os processos de inserção das diversas culturas e suas especificidades num contexto globalizado.

É notório que o conceito de arte do talento garantiu excelentes resultados estéticos e de afirmação de mercados e indústrias culturais. Principalmente quando seus méritos referendaram a atuação de países hegemônicos sobre os periféricos e dependentes, reproduzindo nestes países internamente as mesmas relações de reconhecimento e promoção de estrelas a gosto desta cultura. Garantiu ainda, pelo acesso aos bens, serviços e recursos públicos, uma “casta” de artistas, produtores e animadores culturais que tanto realizaram grandes préstimos à sociedade brasileira como reproduziram sistemas de

reconhecimento da cultura local à luz da expressão cultural dominante. No entanto, hoje não é mais possível manter-se um sistema centrado em grandes talentos em detrimento dos compromissos de uma gestão pública da cultura que pretende garantir a acessibilidade de toda uma população e não somente de privilegiados ou iniciados.

Também é claro que não se pode diminuir os valores conquistados por este sistema que vigorou até o presente momento como principal modelo de promoção e reconhecimento do fazer artístico e cultural. Este é o quadro dos desafios que se apresentaram a esta gestão para a Coordenadoria de Ação Cultural. Toda a reflexão quanto a aplicação de recursos para a promoção e difusão cultural; para construção, dinamização e qualificação de equipamentos e espaços culturais; para formação e capacitação para a cadeia produtiva da cultura; para aplicação de normas e diretrizes quanto à participação da Secretaria em projetos e eventos e, principalmente, quanto à implantação de programas e políticas compensatórias no campo da arte e da cultura, buscaram reforçar o papel transversal e estratégico da cultura como motor capaz de responder aos novos desafios da sociedade.

Neste sentido, podemos afirmar que:

1. a redefinição do papel do artista e produtor cultural, deslocando-o da função de público alvo das políticas públicas voltadas à cultura para estabelecê-lo enquanto parceiro fundamental no encaminhamento destas políticas para o desenvolvimento social e econômico de populações e comunidades a partir de sua realidade imediata e seu potencial estratégico;
2. o entendimento de que cabe aos equipamentos culturais a responsabilidade de abrir canais de redefinição de sentidos e valores no espaço social que o envolve, ultrapassando seu limite físico e estendendo sua área de influência social, política e conceitual, atuando em redes e em cooperação com seus semelhantes e em diálogo constante com os demais espaços e equipamentos;
3. a decisão de privilegiar regiões e espaços urbanos onde a ação cultural se reveste de caráter estratégico na requalificação das relações sociais e econômicas, seja para a construção de equipamentos, para a realização de eventos ou para o estabelecimento de parcerias;

4. o entendimento de que não é mais possível dissociar a ação da Secretaria da Cultura do Estado das demais setoriais do Governo e dos seus pares nas esferas municipais e federal;
5. a opção de incluir a cultura como elemento fundamental e decisivo para o desenvolvimento sócio-econômico, com poder de agregar valores aos bens e serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, sendo ela mesma, potencialmente, um mercado, uma indústria e, ao mesmo tempo, algo não comercializável e irreproduzível enquanto bem de consumo;
6. e, finalmente, entendendo que a formação, capacitação e treinamento profissional neste campo devem traduzir necessidades presentes hoje e simultaneamente criar novas necessidades para demandas futuras, reconhecendo a contribuição e o potencial da diversidade e singularidade das várias manifestações, saberes e sabores; principalmente aqueles que nos particularizam na aldeia global, que nos liberam das relações de dependência ou influência da cultura hegemônica;

foram premissas fundamentais para a compreensão do papel da CODAC e se constituíram nos trilhos que nortearam nossa ação e motivaram nossas decisões.

É assim que entendemos que numa mesma ação estratégica em que propomos a criação de sistemas de museus, teatros, bandas de música, arquivos, bibliotecas estimulamos também a organização de artistas e gestores culturais em fóruns, entidades, conselhos e outras instâncias de participação e representação.

Na mesma necessidade de construção, requalificação e preservação dos equipamentos culturais, buscando dotá-los de novos recursos como reservas técnicas, higienização e conservação de acervos, incorporação de anexos, ampliação de áreas e criação de novos setores dentro dos espaços existentes, foi preciso acrescer responsabilidades aos equipamentos vinculados que ampliassem sua participação e contribuição e ainda alterassem o olhar sobre seu papel nas relações econômicas e sociais em nosso Estado, influenciando positivamente no turismo, no comércio, na ressignificação identitária, apontando para novos usos e ampliando seu poder de sedução e envolvimento, abraçando inclusive sua responsabilidade junto aos demais equipamentos estabelecidos em nosso território, inaugurando um período de aproximação e diálogo entre seus pares como

equipamentos de referência, responsáveis no âmbito da estrutura do Estado pelo estabelecimento das políticas de desenvolvimento do setor afim.

Foi assim que percebemos crescer a responsabilidade quanto ao estabelecimento de parcerias, a busca incessante de compreensão e compromisso entre os diversos setores produtivos que constituem a cearensidade, aqui e em toda a extensão de seu alcance. De insistirmos na redefinição constante de comportamentos e práticas de pessoas, grupos ou instituições para adequarmo-nos e influenciarmos aqueles que são fundamentais para o encaminhamento de uma política pública voltada para a superação da pobreza, para a construção da cidadania, para a inclusão social e para a participação responsável de todos os atores que compõem o contexto no qual nos inserimos. De inaugurarmos novos canais de participação e promoção da cidadania cultural. Neste quadro recorde-se Antonin Artaud, teatrólogo francês, ao definir sua visão da cultura quando diz: “A mim não me interessa defender uma cultura que nunca salvou ninguém da fome nem da preocupação de uma vida melhor, mas sim, extrair daquilo que se chama cultura elementos cuja força viva seja idêntica à da fome”.

### **Se ficar o bicho pega, se correr... pega o bicho.**

A despeito da necessidade de resultados capazes de traduzir o empenho de gestores e técnicos responsáveis pela execução das políticas estabelecidas, é no campo da negociação, articulação e embate entre os vários atores e setores envolvidos com o desenvolvimento da arte e da cultura que se concentra a maior parte do esforço e uso do tempo da gestão.

A busca de recursos e parcerias resultou na ampliação da captação de recursos através de incentivos fiscais na esfera federal. Ao resultado quantitativo, porém, somou-se também a qualidade de terem sua aplicação em projetos distribuídos em todo o Estado. Para tanto, exigiu-se que a Secretaria mobilizasse outras secretarias, o que ampliou sua influência interna no governo, passasse a integrar esforços junto às demais setoriais para que sua transversalidade fosse reconhecida e passasse a ser solicitada na conceituação e criação de projetos de desenvolvimento local e regional, como os eventos estruturantes nas macrorregiões administrativas ou o Centro Cultural do Bom Jardim, na periferia de Fortaleza.

Quanto à organização e mobilização dos vários segmentos e parceiros, destacamos que o estímulo à constituição de fóruns das várias linguagens artísticas, tendo sido implantados os de música, cultura popular, literatura, museus e audiovisual, além da participação no fórum de artes cênicas. A reformulação e animação do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará (COEPA). A instalação de comissões temáticas para debate e negociação entre o Estado e os representantes dos diversos segmentos artísticos, bem como a mobilização em torno das gestões municipais da cultura para a implantação de estrutura compatível com os desafios que incluem o controle e a participação paritária da sociedade. A adequação necessária à implantação de um Sistema Nacional de Cultura em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura, das quais o Ceará é o primeiro signatário, constituíram-se em um esforço de articulação dentro da CODAC que modificou a relação de importância da SECULT junto aos gestores municipais de cultura influenciando positivamente no empoderamento dos mesmos junto às prefeituras e câmaras municipais, como também ampliou significativamente as oportunidades de promoção e difusão de artistas e grupos culturais dentro do próprio território.

Finalmente, é na aplicação dos recursos financeiros disponibilizados que se dá a principal iniciativa de redimensionamento do papel da SECULT no fomento à produção e na geração de ocupação e renda. Inicialmente, à democratização do acesso por meio de editais de incentivo à produção, circulação e pesquisa na arte e cultura seguiu-se toda uma adequação e acompanhamento crítico de seus desdobramentos e resultados. Foi necessário redesenhar os mecanismos de aplicação de recursos do orçamento, do Fundo Estadual da Cultura e do mecenato proveniente de incentivos fiscais, evitando-se que um mesmo projeto amealhasse valores advindos das diversas fontes, que os investimentos fossem dimensionados em valores além da capacidade de realizá-los e que os recursos se concentrassem num número reduzido de beneficiários.

Neste sentido, procedeu-se à ampliação das áreas assistidas pelos editais de Incentivo às Artes, incluindo-se as artes visuais, música, literatura e a fotografia já em 2003, e à normatização dos acessos e destinação financeira, identificando quem e onde podem ser aplicadas as verbas dos editais, garantindo 50% a projetos do interior, evitando a duplicidade de alocação de recursos oriundos do Estado e regulando a participação dos



proponentes. A manutenção periódica de editais de estímulo à promoção e à participação cultural, como os Editais Ceará Junino, Ceará Regional Natal de Luz, Capital Cultural Cearense, ou ainda os editais de políticas compensatórias como o Mestres da Cultura Tradicional Popular, com recursos do orçamento, e o Talentos da Cultura, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, ampliaram não só a responsabilidade quanto à avaliação e acompanhamento das iniciativas culturais em todo o Estado, como também permitiram que a SECULT passasse a ter uma presença concreta e significativa em todo o território cearense, para além do espaço da gestão pública, contribuindo com a dinâmica social e com a inserção da cultura como fator de desenvolvimento social e econômico das diversas regiões do Ceará.

Também foi decisiva, para garantir-se a distribuição estratégica dos recursos, a definição de critérios para aprovação de projetos, dotando-os de contrapartidas sociais que viabilizassem a circulação de bens e serviços na periferia de Fortaleza e nos municípios do interior, o que garantiu que outros eventos chegassem a uma platéia que raramente se vê contemplada na definição de público-alvo dos projetos de ação cultural. Disso resultou uma maior circulação de bens e serviços artísticos e culturais, seja através da programação dos projetos apoiados, seja pela realização de projetos estratégicos como o Circuito Ceará de Cultura e os Eventos Estruturantes. Com isso o compromisso com o desenvolvimento da arte e da cultura passou, por assim dizer, do âmbito do realizador ao da sua importância dentro do conjunto da sociedade.

### **Onde se bota? Ou Como é que se chega onde nunca se foi?**

A partir do desafio instaurado restava à Coordenadoria desenvolver seus instrumentos de trabalho e gestão que teve na instalação de bolsistas de pesquisa em gestão cultural, desempenhando o papel de articuladores e interlocutores regionais, que passaram a atuar nas macrorregiões administrativas do Estado, os principais protagonistas da mobilização da gestão em torno dos temas e questões que envolveram o período.

Do conjunto de atividades desenvolvidas resultou um espaço de gestão cultural mais profissional e articulado em todo o território cearense a partir do compartilhamento e pactuação de princípios e esforços junto às demais esferas que compõem o Sistema Nacional de Cultura. Fazendo com que a gestão estadual permeasse o acesso e o

relacionamento das gestões municipais e federal. Ampliando e otimizando as informações e o conhecimento gerado a partir do esforço coletivo. Neste sentido foi preciso definir estratégias, ações institucionais e projetos prioritários que funcionaram como meios de concretização e frutos do Plano Estadual garantindo sua percepção, monitoramento e avaliação do mesmo e servindo de parâmetro e inspiração para as estratégias municipais de gestão cultural e de exemplo na implantação do Sistema Nacional de Cultura.

Assim, para finalizar o presente artigo, apresentamos conceitualmente este planejamento e seus principais projetos para reflexão e debate em torno de seus resultados.

**1- Estabelecendo Estratégias** Ao pactuarmos com o Governo Estadual e a sociedade cearense objetivando fazer a SECULT presente em todo o território e cumprirmos o desafio da valorização da diversidade e inclusão cultural foi preciso pré-estabelecer estratégias geradas sob a luz do Plano Estadual que atraíssem e comprometessem os demais protagonistas do setor, animando a dinâmica social em torno da cultura e garantindo uma ação de Estado para a cultura. Foi assim que estabelecemos como estratégias principais:

**Criar canais de consulta e participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas adotadas** A gestão pública da cultura não pode se constituir isoladamente sob risco de tornar-se obsoleta ou alheia às necessidades da sociedade. Também requer canais de controle sejam internos (ouvidoria, controladoria, associação de servidores) ou externos (associações comunitárias, organizações de classe, poder legislativo e judiciário etc) e principalmente aqueles criados para uma participação direta da comunidade estabelecendo um diálogo permanente com os atores sociais da cultura através de seminários, fóruns, conselhos, comissões temáticas, comissões de avaliação de projetos e eventos etc

**Garantir meios de interação com a dinâmica cultural em toda a extensão territorial** Tradicionalmente a gestão pública atua na capital como uma ação síntese de sua função no Estado. O compromisso de voltar as políticas para o cidadão cultural requer uma presença institucional em todo o seu território contribuindo com as gestões municipais, com as diversas expressões e organizações locais e regionais e com as estruturas diferenciadas

necessárias ao exercício cultural na capital e interior, nas sedes e nos distritos e vilas, nos centros e nas periferias de cada localidade.

**Estabelecer meios de aferição, crítica e correção dos mecanismos e projetos implantados** A avaliação contínua amplia as possibilidades de uma atuação eficaz e eficiente garantindo à gestão informações e suporte para atualização e correção de suas estratégias, decisões e investimentos. O acesso a recursos públicos deve ser condicionado aos objetivos e diretrizes de uma política estabelecida coletivamente e somente com meios de aferição contínua é possível garantir instrumentos para uma decisão responsável e justa.

**Estimular a ação integrada em redes e sistemas coletivos ampliando a participação, o compromisso e o intercâmbio de conhecimento e experiências** A decisão de atuar em redes de cooperação aceleram a circulação de experiências e conquistas o que reduz o tempo de acesso ao conhecimento, evita desperdícios, estimula uma relação solidária e amplia o raio de abrangência das ações públicas.

**Investir na otimização da gestão pública integrando órgãos e instituições competentes nas esferas nacional, estadual e municipal** Buscar desenvolver os mecanismos de gestão focado nos resultados a serem obtidos, no compromisso público e no cidadão como alvo primordial das ações a serem implantadas forçosamente implicará na revisão dos processos e trâmites das demandas dentro do espaço burocrático e simultaneamente induzirá a atuação dos gestores no sentido de quebrar o isolamento dos processos de organização, planejamento, deliberação de atividades e custos, atendimento e relacionamento com os diversos atores e setores que compõem o campo da gestão pública da cultura estabelecendo diferente níveis de atuação e relacionamento entre os vários responsáveis.

**Convocar e gerir parcerias na execução das ações e projetos a serem desenvolvidos identificando e promovendo protagonistas responsáveis por sua condução** O papel do gestor público muitas vezes consiste em simplesmente identificar qual parceiro é mais adequado à condução deste ou aquele processo. Também é claro que em um Estado democrático não há uma ação isolada sem o comprometimento de diversas parcerias. Evita-

se com isso duplicidade desnecessária de ações, amplia-se o potencial de intervenção, racionaliza-se os custos e exercita-se o conceito de co-responsabilidade.

**2 - Ações Institucionais** No âmbito da coordenação as principais ações institucionais foram estabelecidas de modo a agrupar projetos especiais de desenvolvimento com a responsabilidade de aglutinar esforços e protagonizar processos que alterem significativamente o quadro de isolamento regional, o volume de conhecimento sobre a arte e a cultura no estado e, principalmente, o papel da gestão pública na criação e aplicação de políticas culturais.

**Implantação e estruturação de espaços de arte e cultura** Se num passado, mesmo recente, os espaços culturais construídos, restaurados ou reformados cumpriam muito mais a função de coroar um projeto de promoção de gestores ou grupos políticos, dentro de uma visão estratégica esta ação aponta mais para a função de redefinição do papel dos equipamentos culturais e sua relação com o entorno de maneira a influir diretamente nas relações sócio-culturais estabelecidas a partir de sua implantação e funcionamento. Sob esta ótica não basta o restauro de um sítio histórico, mas também o redesenho de seu uso apontando novas alternativas de convivência e atividades em seu espaço. Tampouco importa construir equipamentos pela mera revalorização do meio urbano, mas principalmente para estabelecer novos rumos na dinâmica social de uma cidade, bairro ou comunidade gerando espaços de desenvolvimento e afirmação das identidades e expressões culturais.

**Promoção e difusão das manifestações artísticas e culturais** Relacionar projetos que atuem na formação e exercício profissional, amador e escolar da arte; na divulgação de criações e costumes de uma comunidade; na geração de conhecimento e riqueza; no registro, documentação e organização de informações geradas pelos atores sociais da cultura; na promoção e garantia dos direitos culturais; no estabelecimento de relações duradouras e eficazes de gestão e desenvolvimento de processos culturais e artísticos; na captação de recursos e parceiros para viabilizar o conjunto de atividades necessárias ao bom andamento das atividades; no reconhecimento de valores e talentos que ampliem o

alcance e os resultados dos esforços empreendidos são alguns dos objetivos de que se imbuí esta ação. Não se resume em investir recursos e divulgar a participação do Estado na realização do projeto, mas sim garantir que equipamentos, eventos, manifestações tradicionais e calendários culturais atuem em conjunto para fazer chegar ao cidadão os resultados da política cultural implantada.

**Promoção e realização de eventos regionais** Considerando que tradicionalmente o conjunto de ações institucionais no campo da cultura concentra-se no espaço das capitais, canalizando-se os recursos basicamente na manutenção de espaços públicos destinados à prática cultural, no investimento na produção artística conforme a capacidade de acesso de seus proponentes aos cofres públicos e no financiamento de festas e eventos do calendário como Carnaval, Semana santa, São João, Natal e datas especiais conforme a realidade de cada estado, cidade ou comunidade; estabelecer uma política para os eventos financiados ou promovidos pela gestão pública passa a ser fundamental. Neste sentido apoiar, fomentar ou implantar eventos de abrangência regional passa a ser um elemento de correção das distorções geradas pelo modelo concentrador de desenvolvimento que super valoriza os grandes centros urbanos, principalmente as capitais, em detrimento aos demais municípios e comunidades existentes no território do Estado.

**Implantação e desenvolvimento de sistemas culturais** Com o advento do sistema Nacional de Cultura, a criação e implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais passaram a ser as principais ações institucionais das pastas de cultura. Dimensionar, estabelecer o arcabouço legal e fincar as bases de sua estruturação e funcionamento inaugura um processo de relacionamento entre as várias esferas públicas e as diversas instituições e setores organizados visando a melhor maneira de desenhar e exercitar uma prática integrada e geradora de responsabilidades tanto do poder público quanto da sociedade organizada. Com isso abre-se uma nova fase nas políticas públicas da cultura influenciando diretamente nas estruturas, leis, práticas e organizações sociais e culturais.

**3 - Projetos Prioritários** A idéia principal é quanto a questão de como provocar uma ação que mobilize e estabeleça as bases de um desenvolvimento cultural regional duradouro e

sustentável. Organizar as demandas em projetos prioritários cria meios de aferição e correção em tempo real suportando ajustes que não alteram os objetivos estabelecidos em comum acordo entre as diversas instâncias de interlocução.

**Eventos Estruturantes** Projeto de desenvolvimento regional agregado ao desenvolvimento e formação técnica nas linguagens artísticas. Os eventos estruturantes catalisam o envolvimento dos artistas e produtores locais e multiplicam o acesso das populações à produção artística e cultural. Atuam ainda como carros chefes do programa de valorização das culturas regionais potencializando as demais atividades. Importa que disponha de um projeto pedagógico e dialogue com as condições e vocações regionais contribuindo, inclusive, com opções de turismo cultural. Enfim, substituem uma política de eventos por uma política para os eventos.

**Talentos da Cultura** Projeto de identificação, valorização e promoção social de artistas, agentes culturais, aprendizes e guardiões de saberes especiais da comunidade. Envolve sensibilização da comunidade, visitas e encontros de seleção e acompanhamento dos beneficiados, mostras, cursos, intercâmbios e geração de oportunidades em eventos e programações promovidas pela gestão. Envolve ainda treinamento e formação para gestão e produção cultural.

**Fóruns Regionais de Arte e Cultura** Espaços de pactuação, informação e consultas ao conjunto de artistas, grupos, gestores, técnicos, representantes de categorias e de instâncias públicas e privadas de gestão cultural, empresas e instituições locais e regionais os Fóruns cumprem o papel de permanente interlocução com os atores sociais fundamentais para alcançar as metas selecionadas.

**Editais da Cultura** Instrumentos de democratização do acesso e publicização dos investimentos disponíveis à sociedade, os editais contribuem na formação de produtores e gestores, no alcance dos recursos disponibilizados, na identificação de tendências e diagnose da produção cultural, além de disciplinar a gestão quanto ao controle social necessário ao bom andamento das políticas públicas.

**Sistemas de Gestão Compartilhada** Projeto de integração de políticas e participação direta da sociedade na gestão de equipamentos culturais. Os sistemas redesenham a função dos equipamentos públicos e convocam os demais espaços destinados à arte e à cultura a construir um projeto coletivo e cooperativo entre os pares. Além disso, irrigam o Sistema Estadual de Cultura dotando-o de uma concretude que auxilia em sua compreensão, conceituação e estruturação.

**Circuito Ceará de Arte e Cultura** Projeto de promoção e geração de oportunidades agregando circulação, divulgação e venda de produtos culturais e intercâmbio entre grupos e artistas a exposições, seminários e feiras de negócios regionais promovidas por instituições que visam o desenvolvimento local e regional.

**Cultura em Movimento – Secult Itinerante** Projeto de promoção cultural e geração de conhecimento agregando circulação, divulgação, cadastramento de artistas, grupos, equipamentos e instituições culturais, além de intercâmbio entre grupos e artistas, exposições, palestras, serviços institucionais, visitas às câmaras de vereadores de todos os municípios para a promoção do Federalismo Cultural, implantação do Sistema de Informações Culturais do Ceará, além da publicação de livros e DVDs com o registro da experiência.

### **E depois? ou Que dias melhores virão?**

Todo o material aqui exposto é um extrato das reflexões que nos ocorrem a partir desta experiência. Não há aqui a intenção de ditar ou induzir regras ou receitas, mas a vontade de ver questionada e corrigida uma ação que mostrou eficiência e eficácia na inclusão cultural sem que houvesse significativa ampliação dos recursos pré-existentes.

A simples adequação da regra do bolo repartindo-o primeiro para depois fazê-lo crescer foi suficiente para um significativo realinhamento do papel da Secretaria dentro e fora do Governo. A Coordenadoria de Ação Cultural experimentou novas formas de relacionamento ampliando o número de interlocutores e de beneficiários das iniciativas da SECULT. Muito do que foi construído está a mercê dos humores governamentais porém os

resultados obtidos e a imersão da gestão no imaginário da população a partir da presença institucional experimentada na gestão colocou em cheque o modelo tradicional de tecnocracia meritória, louvação do star system e foco na capital. Redesenhando profundamente o significado da gestão pública da cultura com reflexos cotidianos nas esferas municipal, estadual e federal e, desde então, transferindo o protagonismo para o alvo de suas políticas: o cidadão cultural.

### **Bibliografia**

BARBALHO, Alexandre. Política cultural: um debate contemporâneo. In: RUBIM, Linda (org). *Organização e produção da cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p.33-52.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1998.

LEITAO, Cláudia Sousa. Seminário Cultura XXI: Seleção de textos/ Cláudia Sousa Leitão Fabiano dos Santos, ORG. – Fortaleza: SECULT 2006  
SECULT (2003). *Plano Estadual da Cultura 2003 a 2006: valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural*. Fortaleza: Secult.

SECULT (2005). *Secretaria da Cultura: um caminho trilhado 2003 a 2004*. Fortaleza: Secult